

Mortalidade Materna e descriminalização do aborto

A agenda feminista deste mês traz o 28 de Maio como **Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher**.

Na seção CONtextos, trazemos o pensamento de Eleonora Menicucci sobre os desafios da maternidade diante dos serviços precários de saúde, no Brasil. Eleonora é a entrevistada do mês do jornal Articulando, em sua versão impressa, encartada no jornal Fêmea, do CFEMEA.

No momento atual, reforçamos a importância e o significado da aprovação do projeto de Lei 21/2003, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, que está sendo discutido na Comissão de Seguridade e Família da Câmara de Deputadas/os. A aprovação do projeto promoverá a descriminalização do aborto, cumprindo um dos compromissos firmados pelo governo brasileiro na assinatura da Plataforma de Ação da Conferência Internacional da Mulher, promovida pela ONU (Beijing - 95). Os movimentos de mulheres permanecem mobilizados neste sentido. Só haverá reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres quando existirem políticas públicas de saúde que garantam a maternidade e o direito de escolha – de cada cidadã – em manter ou interromper uma gravidez. Mais do que saúde pública, isso diz respeito à cidadania das mulheres. A radicalidade do feminismo consiste em lutar para que a democracia – espaço político entre iguais – seja estendida à vida privada e ao cotidiano.

Violência estrutural, não apenas de gênero.

Entre as prioridades acertadas pelo Comitê Político Nacional da AMB na oitava reunião nacional, realizada em abril, está o monitoramento da violência contra a mulher, no contexto da violência estrutural que atinge a sociedade. Mais do que acompanhar ou levantar dados, a ação de monitorar definida pretende subsidiar as estratégias feministas para promover consciência social sobre o problema, bem como reforçar os argumentos de crítica e de proposição de políticas de combate à violência e assistência às vítimas.

No âmbito do Governo Lula, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da

Valerá a pena participar dos debates do PPA?

O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento do Governo Federal e o de maior capacidade de definir o que é estratégico. É através desse instrumento que pode ser enfrentado o fato de os benefícios do desenvolvimento não chegarem igualmente a mulheres e homens, a brancas/os e negras/os, a pessoas que vivem nas áreas urbanas e rurais.

Na perspectiva da AMB, é necessário assegurar participação da sociedade civil na elaboração e monitoramento do PPA para enfrentar as desigualdades no desenvolvimento. Neste sentido, é preciso participar no monitoramento do PPA durante todo o governo e não apenas agora, no momento inicial de sua elaboração. Essa participação responde ao indicativo da VIII Reunião Nacional da AMB, que após debate do contexto nacional, posicionou-se por manter a interlocução crítica e propositiva com o governo Lula.

Para o PPA, a AMB defende espaços sistemáticos de diálogo entre governo e sociedade civil, e procedimentos públicos (transparência na tomada de decisões). Este caminho pode levar à formação de uma maioria política em torno de alternativas ao modelo de desenvolvimento com ênfase no enfoque neoliberal, que veio sendo implementado no Brasil nos anos recentes, numa aliança entre governo federal e instituições financeiras internacionais. A Plataforma Política Feminista, além de importante referência crítica e propositiva sobre o desenvolvimento que temos no Brasil e a justiça que queremos nos processos presentes e futuros, é com certeza, referência para a ação feminista neste debate.

Justiça, lançou recentemente plano que visa estabelecer no país um sistema único de segurança pública, a exemplo do SUS, na Saúde. A criação do sistema inclui a participação da sociedade e pretende integrar políticas em todos os níveis de governo.

Na opinião da feminista e pesquisadora do SOS Corpo – Gênero e Cidadania, Ana Paula Portella, isso significa construir um nova institucionalidade para prevenir e atacar as causas da violência. Já está claro que mais viaturas e presídios não são suficientes.

Por isso, frisa Ana Paula, a criação do sistema é uma oportunidade para os movimentos de mulheres influenciarem sobre a forma de se pensar a violência, articulando gênero à violência estrutural que atinge a sociedade.

Alerta

Falando em violência, o Fórum de Mulheres do Espírito Santo, integrante da Rede Alerta contra o Deserto Verde, composta por 100 entidades, denuncia e cobra providências às autoridades diante das ameaças sofridas por lideranças no Norte do estado. Entre outras coisas, as ameaças visam intimidar as denúncias sobre uso excessivo de agrotóxico no plantio de eucalipto e mutilação de trabalhadoras/es na fabricação de celulose. Segundo documento da Rede, as intimidações partem de funcionários de empresa ligada ao plantio de eucalipto. No manifesto, (vide seção CONtextos), a Rede denuncia as articulações do crime organizado para além do narcotráfico.

Estratégias das Mulheres para a OMC

Como iniciativa da Rede Internacional de Gênero e Comércio, será realizado dias 23 e 24 de junho o Seminário "Estratégias das Mulheres para a OMC". Na programação, o debate e o aprofundamento sobre os aspectos de gênero nas negociações e acordos comerciais na OMC. De caráter internacional, o seminário contará com a presença de representantes de Iniciativa Cartagena, Articulação Feminista Marcosur, Rede de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), Rede de Educação Popular entre Mulheres (REPEM), Marcha Mundial de Mulheres e a Articulação de Mulheres Brasileiras. Mais informações: gramelu@hexanet.com.br.

OMC fora do trilho

A declaração final da Assembléia Hemisférica e Global contra a Alca e a OMC (México, 11 e 12 de maio) convoca todas/os a tirar dos trilhos sobre os quais está "rodando" a quinta reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (setembro, no México). A Assembléia afirma ser a OMC o mais ambicioso esforço para subjugar as economias dos países do Sul aos interesses das corporações transnacionais. O documento ainda ressalta a crise histórica de credibilidade e legitimidade da Organização, juntamente com as instituições FMI e Banco Mundial. Confira na seção CONtextos a íntegra da declaração e entre nesta luta para "criação de alternativas criativas para uma ordem global realmente justa".

Seminário

Num momento de amplo debate sobre a violência, destaca-se o Seminário Violência Urbana e Segurança Pública, dias 27 e 28 deste mês, no Plenário 14, Anexo II da Câmara de Deputadas/os. Entre outras coisas, o seminário vai discutir as propostas para a superação da violência, expressas na Carta de Brasília (veja seção CONtextos), e a serem consideradas no Plano Plurianual 2004-2007.

Mulheres na Conferência de Cidades

Foi lançado recentemente e está disponível no site do Ministério das Cidades o "Manual de Regularização Fundiária" (www.cidades.gov.br). Considerando-se que **regularizar a titulação dos terrenos em áreas urbanas para as mulheres** é um dos desafios colocados pela Plataforma Política Feminista, preocupa a pouca ou mesmo a ausência de representação dos movimentos feminista e de mulheres no espaço de debate e preparação da Conferência Nacional de Cidades, conforme afirmou Joana D'Árc de Moraes, do Fórum Feminista do Rio de Janeiro.

A Conferência Nacional de Cidades foi convocada pelo Governo Lula através de decreto (22 de maio) e deve ocorrer entre 23 e 26 de outubro deste ano, em Brasília, sob a coordenação do Ministério. Na pauta, a elaboração de propostas para a estrutura, composição e alterações na natureza do Conselho das Cidades. Vale a pena ouvir a entrevista com Joana D'Árc sobre o assunto, concedida à Rádio Fala Mulher (veja seção CONtextos).

CONtextos - Propondo o fim da tirania do livre mercado e da OMC, a Declaração final da Assembléia Hemisférica deve ser divulgada por todas/os que dizem "outro mundo é possível". Entre os anexos desta edição também está a Carta de Brasília. A Carta foi elaborada a partir das propostas das organizações da sociedade civil que participaram do Seminário "O PPA no Governo Lula: participação e controle social", realizado no início do mês, com promoção do INESC e diversas redes, incluindo a AMB.

O terceiro arquivo anexado traz denúncia do Fórum de Mulheres do Espírito Santo, sobre a violência articulada com o crime organizado, no Estado. O quarto arquivo traz a entrevista com Eleonora Menicucci (*Articulando*, versão impressa). E a quinta indicação da CONtextos é outra entrevista, onde Joana D'Árc de Moraes fala sobre a Conferência Nacional de Cidades (veja nota). Acesse em Rádio Fala Mulher www.radiofalamulher.com (arquivos sonoros da seção "cidadania").